

Pesquisas sobre
família e infância
no mundo contemporâneo

Conselho editorial

Alex Primo – UFRGS
Álvaro Nunes Lorangeira – UTP
André Parente – UFRJ
Carla Rodrigues – PUC-Rio
Ciro Marcondes Filho – USP
Cristiane Freitas Gutfreind – PUCRS
Edgard de Assis Carvalho – PUC-SP
Erick Felinto – UERJ
Francisco Rüdiger – PUCRS
Giovana Scareli – UFSJ
J. Roberto Whitaker Penteadó – ESPM
João Freire Filho – UFRJ
Juremir Machado da Silva – PUCRS
Marcelo Rubin de Lima – UFRGS
Maria Immacolata Vassallo de Lopes – USP
Michel Maffesoli – Paris V
Muniz Sodré – UFRJ
Philippe Joron – Montpellier III
Pierre le Quéau – Grenoble
Renato Janine Ribeiro – USP
Rose de Melo Rocha – ESPM
Sandra Mara Corazza – UFRGS
Sara Viola Rodrigues – UFRGS
Tania Mara Galli Fonseca – UFRGS
Vicente Molina Neto – UFRGS

Apoio:



Pesquisas sobre família e infância *no mundo contemporâneo*

Organizadoras

Claudia Fonseca

Chantal Medaets

Fernanda Bittencourt Ribeiro



Editora Sulina

Copyright © Autores, 2018

Capa: *Cléo Magueta, sobre arte de Lucas Richter; desenhos de Vinícius Fragoso*

Projeto gráfico e editoração: *Vânia Möller*

Revisão: *Vânia Möller*

Revisão gráfica: *Rafael Heidt Martins Trombetta*

Editor: *Luis Antônio Paim Gomes*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação CIP
Bibliotecária Responsável: Denise Mari de Andrade Souza – CRB 10/960

P474

Pesquisas sobre família e infância no mundo contemporâneo /
organizado por Claudia Fonseca, Chantal Medaets e
Fernanda Bittencourt Ribeiro. -- Porto Alegre: Sulina, 2018.
246 p.; 23 cm.

ISBN: 978-85-205-0827-5

1. Antropologia Social. 2. Antropologia da Família. 3. Infância.
4. Ciências Sociais. 3. Família. 4. Parentesco. I. Fonseca, Claudia. II. Medaets,
Chantal. III. Ribeiro, Fernanda Bittencourt.

CDU: 316

572.3

CDD: 306.85

570

Todos os direitos desta edição reservados à
Editora Meridional Ltda.
Rua Leopoldo Bier, 644, 4° andar – Santana
CEP: 90620-100 Porto Alegre-RS

Tel: (0xx51) 3110-9801

www.editorasulina.com.br

e-mail: sulina@editorasulina.com.br

{Outubro/2018}

IMPRESSO NO BRASIL/PRINTED IN BRAZIL

Sumário

7	Prefácio <i>Claudia Fonseca, Chantal Medaets e Fernanda Bittencourt Ribeiro</i>
Parte I: Imagens de crianças, infâncias e famílias	
23	Os limites do conceito de família na Itália: processos de <i>kinning</i> e <i>de-kinning</i> em configurações familiares homoparentais <i>Alice Sophie Sarcinelli</i>
41	O nome da lei: violências, proteções e diferenciação social de crianças <i>Fernanda Bittencourt Ribeiro</i>
66	Concepções de infância, vulnerabilidade e ética na pesquisa com crianças <i>Renata Lopes Costa Prado e Marcos Cezar de Freitas</i>
85	A fabricação estatal da indiferença parental: agruras da reintegração familiar <i>Claudia Fonseca</i>
Parte II: Participação política de crianças e jovens	
109	Entre la tutela y la represión: nociones sobre la infancia y la identidad mapuche ante la participación política infantil en Neuquén, Argentina <i>Andrea Szulc</i>
130	“De cabeça e com o coração”: o fazer política de jovens ocupantes das escolas estaduais de Porto Alegre (maio e junho 2016) <i>Chantal Medaets, Nadège Mézié e Isabel Carvalho</i>
153	Infancias en debate: las experiencias infantiles durante la última dictadura argentina <i>Valeria Llobet</i>
Parte III: Modos de cuidado: estado, comunidade, família	
173	A negação e a invenção da infância: mudanças geracionais a partir do Programa Bolsa Família <i>Flávia Pires e Patrícia Oliveira Santana dos Santos</i>
197	Sentidos y prácticas sobre el cuidado infantil en ámbitos estatales de atención de la salud en el partido de La Plata, Argentina <i>María Adelaida Colangelo</i>
215	“Mães nervosas”: um ensaio sobre a raiva entre mulheres populares <i>Camila Fernandes</i>
232	Trabajo infantil en clave de cuidado: explorando un modo de análisis <i>Laura Frasco Zuker</i>
241	Sobre os autores

Prefácio

Claudia Fonseca, Chantal Medaets, Fernanda Bittencourt Ribeiro

Fiel ao objetivo da *IV Jornada de Pesquisa sobre Infância e Família*, cujas comunicações deram origem aos trabalhos apresentados nesta obra, a proposição deste livro é a de dar visibilidade à contribuição da antropologia ao campo interdisciplinar dos estudos da infância, no intuito de promover o diálogo entre pesquisadores vindos de áreas diversas.¹ Coerente com a recente proposta de Sophia Rodriguez (2017) por uma abordagem “disruptiva” da infância – abordagem que desestabilizaria as imagens demasiadamente simples que assolam esse campo temático –, apostamos em descrições etnográficas, ricas e pormenorizadas de situações diversas. Observamos e escutamos crianças e jovens, reconhecendo-os como interlocutores ativos da pesquisa (Colangelo; Fernandes; Medaets, Mézié e Carvalho; Pires e Oliveira; Sarcinelli; Szulc; Zucker). No entanto, também atentamos para os adultos com os quais se relacionam – dos quais dependem, a quem se opõem ou obedecem, com quem negociam. Esses adultos, que podem falar direta ou indiretamente de suas próprias infâncias (Llobet; Fonseca), são também nossos interlocutores; suas vozes vêm compor a trama de relações na qual crianças e jovens estão inseridos.

¹ Desde 2009, o Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), numa parceria entre o Núcleo de Antropologia e Cidadania (Naci/UFRGS) e o Idades – Grupo de Estudos e Pesquisas em Antropologia (PUCRS), têm realizado as Jornadas de Pesquisa sobre Infância e Família. Em sua quarta edição, o evento contou com o apoio da CAPES e do CNPq (por meio dos seus respectivos editais de auxílio à promoção de eventos científicos) e trouxe a Porto Alegre pesquisadores da Argentina, dos Estados Unidos, da Itália, da França e de diferentes estados brasileiros.

Existe ainda uma vasta rede institucional que atua em nome da criança, o que coloca um novo desafio ao pesquisador. Essas instituições e as pessoas que nela trabalham – incluindo legisladores, psicólogos, trabalhadores sociais, professores de escola e pesquisadores, entre outros – são movidas por quais lógicas e controvérsias? Acionadas por quais atores e produzindo quais efeitos? Essas perguntas cabem na análise tanto dos serviços públicos da “proteção à infância” (Ribeiro) quanto das práticas acadêmicas dos próprios pesquisadores em busca de um proceder ético na pesquisa com crianças (Prado e Freitas).

Os trabalhos apresentados nesta obra têm em comum, portanto, uma preocupação com o concreto, com a descrição detalhada de situações e dinâmicas de relações que se estabelecem entre pessoas inseridas num contexto histórico, político e institucional preciso. Em cada um desses contextos investiga-se o que “ser criança”, “ser jovem” ou “ser adulto” significa. As categorias etárias não são tomadas como universais ou naturais, pelo contrário. De acordo com uma compreensão bem estabelecida nas ciências sociais – mesmo que ainda pouco adotada tanto em outras áreas do conhecimento como no senso comum –, elas são apreendidas como construções sociais.² Adotar essa perspectiva significa entender as categorias etárias como relacionais, isto é, como dependendo tanto da maturação biológica individual quanto de especificidades históricas, econômicas e culturais do contexto em que o indivíduo está inserido. Os textos aqui reunidos tomam igualmente distância de usos reificados da palavra *família*. Ao invés disso, colocam perguntas: O que se considera como família? O que se espera e o que efetivamente se pratica ao realizar as diferentes atividades associadas à vida cotidiana domiciliar? Os casos de famílias homoparentais descritas por Sarcinelli e das “mães nervosas” estudadas por Fernandes são paradigmáticas dessa perspectiva atenta aos processos que produzem diferentes experiências do que permite “formar família”.

² Desde os trabalhos clássicos de Ariès (1973) e James e Prout (1990) considerar a infância como uma construção histórica tem sido moeda corrente. Para uma discussão a respeito da emergência dessa concepção, ver, por exemplo, Fonseca (1989) ou Sirota (2006).

Por fim, os trabalhos aqui apresentados partilham da perspectiva (já consagrada em pesquisas de ciências sociais) que toma as crianças como sujeitos ativos, capazes de resistir, negociar e reinventar as informações e os modelos que lhes são ofertados por adultos (James, 2007, 2009; Hutchby; Moran-Ellis, 1998; Sirota, 2005). Até os anos 1980 era comum, mesmo em trabalhos acadêmicos, descrever a criança como objeto passivo da ação intencional adulta – como mero reproduzidor de comportamentos. Conforme a “lógica da menoridade” (Vianna, 1997), insistia-se que esses jovens *ainda não* eram sujeitos, *ainda não* sabiam ou *não podiam* participar das decisões que os afetavam. Nas últimas décadas, contudo, análises passaram a levar em conta a agência das crianças, ou seja, sua capacidade de ação, apesar dos limites impostos por condições estruturais e relações assimétricas de poder.³ Os autores dos capítulos deste livro mergulham a fundo justamente nesse desafio.

Os quatro capítulos da primeira parte “Imagens de crianças, infâncias e famílias” jogam luz sobre efeitos muito concretos tanto das definições legais quanto das normatividades em disputa em torno do bem-estar e do tratamento de crianças. Estas pesquisas focadas em arranjos não hegemônicos de parentesco (Sarcinelli), na produção e nomeação de uma lei contra a violência (Ribeiro), nos efeitos de uma política estatal de abrigamento infantil (Fonseca), bem como em reflexões sobre a polissemia das concepções de ética e infância nas ciências (Prado e Freitas), examinam processos culturais, políticos e sociais nos quais as noções de família, criança e infância figuram de forma dinâmica e diversa. Nos quatro capítulos é possível observar o entrelaçamento de variáveis como nacionalidade, classe social e contexto histórico com imagens de crianças, infância e família acionadas por diferentes atores ou fixadas nas definições e intervenções institucionais. Nas abordagens desenvolvidas nestes trabalhos, a atenção às relações de poder coloca em relevo dinâmicas de parentesco e processos de diferenciação social

³ Uma discussão a respeito dos limites e avanços permitidos pelo conceito de agência utilizado nos estudos sobre infâncias, pode ser lida em Lancy (2012), Delalande (2014) e Szulc et al. (2012) (Artigos reunidos na sessão Debates e Controvérsias da revista eletrônica *AnthropoChildren*. Disponível em: <<https://popups.uliege.be/2034-8517/>>. Acesso em: 18 maio 2018.)

de crianças, ativos na formulação das leis, nas ciências e nas políticas públicas de intervenção.

Alice Sophie Sarcinelli parte da identificação de uma distância entre o parentesco vivido e o reconhecimento legal dos laços de parentesco em famílias homoparentais na Itália para analisar a relevância das experiências institucionais nos padrões de vida cotidiana e de intimidade de famílias assim constituídas. Cruzando aportes da antropologia moral e política, da antropologia do parentesco e interessada no ponto de vista das crianças, a autora busca entender como as relações de parentesco são construídas, desconstruídas e definidas por diferentes atores. O caráter restritivo da legislação italiana no que se refere a famílias LGBTI e a adoção por solteiros demanda estratégias da parte de casais do mesmo sexo, na busca do reconhecimento cotidiano enquanto pai ou mãe para ambos/as. A autora aponta o estatuto ambíguo dessas famílias e a frágil posição daqueles/as sem laço biológico com a criança, e analisa os esforços de *kinning* e de *de-kinning*, ou seja, os esforços para garantir a criação dos vínculos de parentesco nos seus diferentes âmbitos empreendidos por pais e agentes do estado⁴, quando se trata de laços não biológicos. As separações conjugais figuram como uma situação bastante crítica quanto à explicitação da norma consanguínea e a tendência das crianças aderirem a ela associando o “verdadeiro” ao vínculo biológico. Essa adesão não implica ausência de lugar para “a outra mãe” no diagrama do parentesco, mas sim uma combinação de elementos como consanguinidade e sentimentos ou intenções de paternidade e maternidade.

Fernanda Bittencourt Ribeiro toma como ponto de partida a atribuição do nome “menino Bernardo” à lei que proíbe “castigos físicos, tratamento cruel e degradante de crianças e adolescentes” no Brasil. Inicialmente demonstra como a imagem da “criança vítima de violência” que predominou no debate parlamentar brasileiro constrói-se a partir

⁴ Optamos por grafar "estado" com minúscula para denotar a natureza não transcendente desse conglomerado de pessoas e espaços. Seguimos assim a proposição de antropólogos como Sharma e Gupta (2006), que concebem o estado não como uma entidade abstrata, mas como um arquipélago de estruturas e instituições articuladas em nome do governo das populações.

de associações entre violência e famílias pobres, enquanto Bernardo, a criança cujo nome é atribuído à lei, é oriundo de uma família de classe média. A fim de compreender esta nomenclatura e instigada pela distância entre o grau de violência que resultou no homicídio de Bernardo e aquele das práticas às quais se refere esta lei, popularmente conhecida como “lei da palmada”, a autora retoma alguns aspectos da história deste menino, tal como foram apresentados pela mídia. As informações veiculadas indicam claramente o obstáculo que a origem social de Bernardo pode ter representado na atuação de agentes e instituições de proteção. Recorrendo à figura da “criança típica das Américas” que serviu de modelo aos sistemas de proteção à infância na América Latina, a análise sugere que a origem social seja capaz tanto de potencializar a estigmatização de famílias pobres, quanto de obstaculizar a legibilidade de determinadas condições de vida de crianças de camadas médias e altas em termos de violação de direitos.

O artigo de Claudia Fonseca retoma o tema da proteção à infância tal como se produzia no âmbito de uma política estatal para a saúde pública em meados do século XX. Fitando as famílias atingidas por hanseníase (conhecida então como lepra), a autora revê a política que decretava a separação compulsória de pais doentes dos seus “filhos sãos” e a institucionalização desses em orfanatos especializados. A partir de acervos documentais (citados em trabalhos de diversos historiadores) assim como entrevistas com pessoas que passaram parte de sua infância nesses orfanatos, Fonseca explora a maneira como, em nome do bem-estar infantil, a intervenção estatal provocava situações dramáticas – tanto na hora da separação quanto no momento da reintegração familiar. Ao sublinhar a tremenda dificuldade que pais tinham para manter contato, ou ao menos conseguir informação sobre seus filhos institucionalizados, sugere que esses repetidos esforços frustrados acabam por produzir uma espécie de *de-kinning* (desparenteamento) de pais e filhos. As dificuldades constatadas no momento da reintegração familiar de jovens (a maioria já chegando perto da maioridade) seriam reflexo, por um lado, de uma política estatal que durante longos anos dificultava ao máximo a relação entre crianças institucionalizadas

e seus familiares e, por outro, de uma visão naturalizada de família em que os sentimentos paternos e filiais são supostos permanecer intactos apesar de anos de afastamento sem nenhum contato.

No último capítulo da primeira parte desta obra, Renata Lopes Costa Prado e Marcos Cezar de Freitas, em reflexão sobre a ética na pesquisa com crianças viram a lente analítica para o mundo dos pesquisadores. Articulando ética e infância, os autores chamam a atenção sobre as variações de concepção acerca destes termos não só entre ciências naturais e ciências humanas, mas também no interior das ciências humanas e sociais. Visando contribuir com os estudos sociais da infância, a análise aborda diferenças e aproximações entre imagens de infância e concepções de ética, e argumenta pela característica interdisciplinar não só das pesquisas sobre a infância, mas também das discussões acerca de normas éticas. Levando em conta a diversidade dos campos acadêmicos que trabalham com crianças, os autores questionam a pertinência do termo genérico “pesquisa com crianças”. Sugerem que seria mais apropriado apontar grupos específicos a serem considerados no debate sobre ética e infância – grupos que podem ser formados tanto por adultos, pais, pesquisadores ou professores como por crianças em suas particularidades. A voz das “crianças com deficiência”, por exemplo, tenderia a ser ainda menos reconhecida do que a das demais crianças. Entre várias problematizações trazidas à reflexão sobre a alteridade da infância temos a própria noção de vulnerabilidade. Quando organicamente associada às crianças como seres vulneráveis, essa prenoção pode se constituir em obstáculo ao diálogo. A análise proposta no capítulo deixa entrever que outras perspectivas se abrem quando a vulnerabilidade é tomada como uma condição contextual e relacional a ser observada na pesquisa ou quando os debates sobre ética se interessam em pensar também sobre as condições de escuta e as interpretações dos adultos.

Estes quatro capítulos demonstram de forma clara não só que as imagens de infância e família são altamente variáveis conforme as circunstâncias de época e pelo seu contexto, mas, também, que são de importância fundamental para a reflexão sobre as dinâmicas sociais, as hierarquias morais e as desigualdades políticas que perpassam os universos empíricos estudados.

Na segunda parte da coletânea, “Participação política de crianças e jovens”, o ativismo desses atores sociais, assim como a percepção que eles possam ter sobre questões políticas são abordados por ângulos diversos. Andrea Szulc, trabalhando com grupos indígenas na província de Neuquén (Argentina), relata um ato de protesto protagonizado por adolescentes Mapuche. A população Mapuche, cujos territórios na Argentina são apenas em parte oficialmente reconhecidos pelo estado como terras indígenas, tem entrado em conflito sobretudo desde a última década com grandes fazendeiros, empresas e grupos petrolíferos que causam diversos danos ambientais. Crianças e jovens indígenas participam desses enfrentamentos ou ações de protesto, e Szulc mostra que essa participação se ancora em certa noção de infância e num modo de viver as relações intergeracionais próprio dos Mapuche. Para essa população, como para diversos grupos indígenas no Brasil (ver, por exemplo, Tassinari, 2007), as crianças não são afastadas das atividades produtivas e políticas dos adultos, elas as integram e participam de diferentes maneiras. Essa não segregação das crianças das atividades dos adultos com quem vivem é, aliás, comum também em populações rurais não indígenas (ver, por exemplo, Medaets, 2018). Como a situação política em que se encontram os Mapuche os compele a protestar e reivindicar de diferentes maneiras seus direitos, crianças, jovens e adolescentes são integrados com frequência a essas ações. Eles realizam também alguns protestos sozinhos, como foi o caso no dia 12 de outubro de 2001, quando pintaram frases sobre os “direitos das crianças” no muro da sede de uma empresa petrolífera. A polícia e demais autoridades locais reagiram imediatamente e a manifestação foi dissolvida à força. Em seus discursos, essas autoridades também evocam o “direito das crianças”, mas dessa vez para se posicionar contra as organizações Mapuche que teriam “exposto as crianças a uma situação de risco”. É notável, com essa situação, como o discurso dos “direitos das crianças” pode ser convocado para fins absolutamente diferentes (Fonseca; Cardarello, 1999; Ribeiro, 1998). Se para as crianças Mapuche sua própria “proteção” implicaria na expulsão das empresas petrolíferas de seus territórios, para as autoridades essa proteção signi-

fica manter as crianças em suas comunidades e não permitir que participem de atos políticos. Szulc afirma que esse tipo de acusação (que, diante do protagonismo de crianças indígenas criminaliza os próprios Mapuche) é comum: os pais são acusados de “abandonar seus filhos”, de não zelar por sua segurança, de serem negligentes. Para a autora, por trás do discurso governamental há uma concepção de infância que considera as crianças como “receptores da ação de outros”, como *objeto* de educação, objeto de cuidado, de proteção, de disciplinamento... E não como atores capazes de protagonizar atos políticos. Uma concepção de infância, portanto, oposta a dos Mapuche.

Em um contexto totalmente diverso, o capítulo de Medaets, Mézié e Carvalho também descreve a ação militante de adolescentes e jovens: aqueles que ocuparam suas escolas por quase dois meses como forma de reivindicar uma educação de melhor qualidade. Em 2016, depois da ocupação de colégios em São Paulo, escolas foram ocupadas em mais de 20 estados brasileiros por grupos de estudantes secundaristas que se rebelavam contra os baixos salários de seus professores, contra o mau estado de conservação dos prédios escolares e contra reformas propostas por governantes que implicariam o fechamento de escolas. As autoras acompanharam o cotidiano de uma ocupação, na cidade de Porto Alegre, em maio e junho daquele ano. O texto mostra as conexões desse movimento com outras ocupações de escolas na América Latina e, mais amplamente, com movimentos sociais de ocupação de lugares públicos que se multiplicaram pelo mundo a partir de 2011 (ano da Primavera Árabe e do Occupy Wall Street). Os jovens de Porto Alegre entraram “de cabeça e com o coração” (nas palavras dos próprios jovens) nessa que foi para muitos a primeira experiência de militância. Observando as intensas emoções em jogo na ocupação (indignação, raiva, admiração, “superamizadas” e inimizadas) e o vai e vem entre vida pessoal e familiar e vida militante, as autoras dialogam com o campo da antropologia das emoções e mobilizam autores que se interessam pela presença das emoções na política, que a concebem como uma “política apaixonada” (*passionate politics*, termo cunhado por Goodwin, Polleta e Jasper, 2001). No texto acompanhamos, por meio de retratos de quatro

ocupantes (três meninas e um menino), alguns dos dilemas, enfrentamentos e de mudanças, a um só tempo pessoais e políticas, que esses jovens viveram ao longo dos 41 dias em que partilhavam dias e noites na escola ocupada.

Valéria Llobet examina não uma ação militante ou participação em ato político de crianças e jovens, mas a memória que seus interlocutores, adultos que moram na zona metropolitana de Buenos Aires, guardam do período de ditadura na Argentina. Por meio de entrevistas biográficas em que rememoram essa época, a autora explora as percepções e os entendimentos que seus entrevistados tinham sobre o contexto sociopolítico autoritário por que passava seu país. Mostra, ainda, que as crianças compunham suas percepções combinando diversas fontes. Não necessariamente incorporavam de maneira acrítica os discursos oficiais – muitos e insistentes – que lhes eram especialmente destinados. Llobet trabalha com pessoas que não tiveram familiares desaparecidos, nem eram consideradas como opositores ao governo. Eram crianças ditas “comuns”, de famílias ditas “normais”, que foram justamente objeto de uma série de dispositivos educativos visando “restaurar uma ordem moral e social”, no âmbito da “luta antissubversiva” em vigor na ditadura: aulas de educação moral e cívica nas escolas, presença de militares como professores de educação física, controle de materiais didáticos, implementação de “delegacias infantis”. A autora mostra que, apesar desse esforço oficial, as crianças não se fiavam unicamente a esses discursos, mas integravam outras informações que captavam no cotidiano. Vendo, por exemplo, uma casa ser interdita pela polícia, onde sempre avistava um casal com um bebê, sob alegação de se tratar de uma “casa de guerrilheiros”, uma de suas interlocutoras lembra de ter passado a desconfiar do que assistia nos noticiários da TV. Outro entrevistado relata ter ouvido atrás da porta conversas políticas num bar próximo a sua casa; outro ainda lembra do dia em que descobriu, na biblioteca de um vizinho, um livro sobre a Segunda Guerra Mundial, e ao ler partes entendeu que os “guerrilheiros” podiam ser “do bem”. Muitos contam ter percebido, nos silêncios ou nas contradições das falas de seus pais, indícios de um contexto político que lhes era negado

ou ocultado. Todos os entrevistados de Llobet tiveram, assim, em algum momento, uma percepção crítica sobre o que se passava. Eles não “compraram” totalmente o discurso oficial, reproduzindo-o de maneira mecânica. Essa interpretação ativa das crianças evidencia, para a autora, sua agência, a saber, o fato de serem “sujeitos capazes de desplegar estrategias específicas para aumentar sus campos de acción, sus trayectorias por fuera del control adulto – y dictatorial”.

Na terceira parte de nosso livro, “Modos de cuidado: estado, comunidade, família”, entramos diretamente na questão da intervenção estatal nas famílias em situação de vulnerabilidade. As análises de tais situações tanto no Brasil como na Argentina revelam embates em torno do melhor modo de cuidar de crianças, preparando-as para o futuro, e inspiram uma reflexão comparativa. O artigo de Pires e Oliveira inicia esta parte com a pergunta: “Quais mudanças de comportamento foram produzidas pela introdução do Programa Bolsa Família?”. É a partir de uma pesquisa etnográfica em um vilarejo na região agreste do Nordeste brasileiro que as autoras consideram a abrangência dos resultados desta política pública. Ao comparar as falas das mães com as das próprias crianças fica evidente a maneira como certas concepções de infância – em particular as que envolvem trabalho e ludicidade – mudaram de uma geração para outra. Muitas mães dizem que “nunca tiveram infância”, pois desde a mais tenra idade eram obrigadas a trabalhar em casa e na lavoura. Com a finalidade de contribuir com a renda da família foram obrigadas a abrir mão das oportunidades de estudo, assim como de muitos momentos de brincadeira. Seus filhos, por outro lado, afirmam sem reservas que só têm obrigação de estudar e brincar – frequentemente ficando com “as pernas para o ar”. Além de perguntarem o que essas perspectivas distintas significam para as relações intergeracionais, Pires e Oliveira também exploram possíveis mudanças na organização familiar em termos econômicos e sociais, provocadas pela introdução do Bolsa Família. A garantia de uma renda mensal regular – por mínima que seja – serviria tanto para fixar as crianças nas famílias até os 18 anos (quando cessa o benefício) quanto para tornar mais rara a emigração sazonal das famílias à procura de

emprego. A temporalidade, colocada como fator central nessa análise, ressalta de forma clara como as particulares circunstâncias da época (incluindo não só políticas públicas, mas também fluxos no mercado de trabalho, oportunidades escolares, etc.) condicionam os sentimentos sobre uma infância “adequada”, ocasionando novos desafios nas relações entre gerações diferentes da rede familiar.

Maria Adelaida Colangelo, ao olhar para La Plata (Argentina), examina outras dimensões dos programas de intervenção, colocando em relevo as moralidades que acompanham programas de saúde infantil. Com uma riqueza de detalhes etnográficos ressalta a heterogeneidade de situações. Os postos de saúde, onde há convivência de longo prazo entre os profissionais e as pessoas atendidas, teriam uma relação com os cuidadores de crianças de modo diferente dos agentes de saúde e dos médicos que atendem nos hospitais mediante consulta agendada. Dependendo das circunstâncias, a materialidade do corpo infantil – e as tecnologias que a circundam – podem ocupar mais ou menos o centro do palco. Em algumas circunstâncias, o simples peso do bebê – indicador de sub ou até de sobrealimentação – pode levar o pessoal médico a classificar a mãe (ou outra responsável) como boa ou má cuidadora. É notável também como a origem nacional da cuidadora – argentina, paraguaia ou boliviana – entra no compute moral à medida que os profissionais rotulam certos comportamentos como “culturais”. Perpassando as diferentes situações encontram-se as marcas da desigualdade estrutural e a precariedade das condições materiais – tanto nos serviços de saúde como nas vidas dos usuários. Contudo, no jogo de acusações que envolvem a moralidade materna, essas considerações estruturais tenderiam a perder espaço para a culpabilização de indivíduos.

Os próximos dois artigos versam sobre práticas que, na perspectiva dos familiares, podem ser consideradas práticas de cuidado, mas que as políticas públicas procuram coibir por entendê-las como negativas: os castigos físicos e o trabalho infantil. O artigo de Camila Fernandes, ao falar de “mães nervosas” de um bairro popular do Rio de Janeiro, convida o leitor a escutar as próprias mães sobre os motivos de suas atitudes. Dessa maneira, as condições materiais de existência se tornam cada vez

mais pertinentes à compreensão das atitudes maternas. Por um lado, as mulheres se consideram incumbidas de ensinar os jovens a se defenderem diante da possibilidade de confrontos violentos surgidos no dia a dia do bairro. Por outro lado, as mulheres enfrentam situações de enorme estresse e frustração que podem colocar limites a sua paciência no trato com os filhos. Trazendo à tona uma vasta bibliografia – da história, da psicologia e da filosofia – para falar das emoções de raiva e frustração, Fernandes nos oferece a possibilidade não de justificar os castigos físicos aplicados a crianças, mas de melhor compreender situações ambíguas. De forma eficaz, nos coloca em alerta contra julgamentos morais fáceis que arriscam fazer pouco mais do que reforçar mecanismos de discriminação. Nesse sentido, o texto de Fernandes dialoga de forma interessante com o capítulo de Ribeiro, também nesta obra, sobre a lei da palmada. Ouve-se das “mães nervosas” que “essa lei (da palmada) é maluca” e que pode provocar uma situação em que a criança “vai estar batendo na gente”.

Laura Zuker situa sua pesquisa claramente no bojo das campanhas internacionais contra o trabalho infantil – campanhas que, tendo por base uma noção universal de criança, posicionam a infância e o trabalho como duas esferas mutuamente excludentes. Dialogando com aportes da sociologia feminista, a autora propõe analisar este assunto à luz da organização social de cuidado – uma perspectiva que leva em consideração tanto as políticas institucionais e as condições do mercado de trabalho quanto as práticas e perspectivas acionadas pelos próprios sujeitos. Mediante pesquisa etnográfica entre famílias argentinas na região mineira de Las Misiones, Zuker se aproxima de mulheres que vivem da venda, à beira da estrada, de pequenas pedras preciosas. Sua pergunta: “Na ausência de creches e escolas maternas, quais as estratégias maternas para conciliar responsabilidades familiares e trabalho?”. Centrando atenções na perspectiva dos próprios atores – das mães assim como das crianças – a autora propõe repensar os significados de brincadeira, trabalho e do próprio cuidado. Vê-se em particular como, para as mães, manter os filhos junto a elas, incorporando-os às atividades de venda, não deixa de ser uma maneira de cuidar deles. Tal

rotina permite não só que elas passem mais tempo com seus filhos, afastando-os de possíveis más influências, mas propicia a socialização das crianças em diversas habilidades (trato com compradores/turistas, negociação e cálculo de preços, etc.) que podem ser tão úteis para a vida futura quanto os conhecimentos que adquirem na escola.

Enfim, o conjunto de trabalhos apresentado nesse volume vem ao encontro das propostas de vanguarda dos estudos contemporâneos da infância (Cohn, 2005; Tassinari, 2007; Rodriguez, 2017). Apesar de rejeitar abordagens essencialistas, calcadas na ideia de características universais inerentes à condição de infância, as autoras deste livro mostram que essas visões naturalizadas de família e infância – tão frequentes no senso comum e também entre gestores públicos – têm consequências concretas. Quanto às vivências infantis, as análises procuram superar tanto modelos binários que opõem a biologia à cultura, quanto perspectivas reducionistas que explicam comportamentos em termos de uma ou outra dimensão das condições de vida. Ao invés disso, refletindo sempre a partir de situações precisas, observadas em contextos específicos, põem em relevo a complexidade do entrecruzamento de variáveis múltiplas. Finalmente, apesar de compartilhar com outras linhas de análise o desejo de promover os direitos das crianças, esses capítulos demonstram repetidamente que não faz sentido pensar o bem-estar da criança como fenômeno isolado dos múltiplos atores e relações sociais que a circundam. Em outras palavras, é fundamental integrar a criança e a infância numa problemática coletiva e social.

Referências

- ARIÈS, P. *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*. Paris, France: Editions du Seuil, 1973.
- COHN, C. *Antropologia da criança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- DELANDE, J. Le concept d'enfant acteur est-il déjà périmé? Réflexions sur des ouvertures possibles pour un concept toujours à questionner, *AnthropoChildren* [on-line], v. 4, 2014. Disponível em: <<https://popups.uliege.be/2034-8517/index.php?id=1927>>. Acesso em: 29 maio 2018.

- FONSECA, C. A história social no estudo da família: uma excursão interdisciplinar. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB*, n. 27, p. 51-73, 1989.
- FONSECA, C.; CARDARELLO A. Direitos dos mais e menos humanos. *Horizontes Antropológicos*, n. 10, p. 83-122, 1999.
- GOODWIN, J. et al. *Passionate Politics. Emotions and Social Movements*. Chicago; Londres: The University of Chicago Press, 2001.
- HUTCHBY, I.; MORAN-ELIS, J. (Orgs.). *Children and social competence: arenas of action*. London: Falmer Press, 1998.
- JAMES, A. Giving voice to children's voices: practices and problems, pitfalls and potentials. *American Anthropologist* (109)2: p. 261-272, 2007.
- JAMES, A. "Agency". In: QVORTRUP, J.; CORSARO, W.; HONIG, M. S. *Palgrave handbook of childhood studies*. p. 34-45. London: Palgrave MacMillan, 2009.
- JAMES, A.; PROUT, A. (Org.). *Constructing and reconstructing childhood: contemporary issues in the sociological study of childhood*. London: The Falmer Press, 1990.
- LANCY, D. Unmasking Children's Agency. *AnthropoChildren* [on-line], v. 2, 2012. Disponível em: <<https://popups.uliege.be/2034-8517/index.php?id=1253>>. Acesso em: 29 maio 2018.
- MEDAETS, C. Crianças na economia familiar do baixo Tapajós (Pará): ajudar, aprender, "se acostumar". *Civitas*, revista de Ciências Sociais, v. 18, n. 2, 2018.
- RODRIGUEZ, S. Productive encounters: Examining and disrupting socio-cultural perspectives on childhood(s) and youth across global societies. *Global Studies of Childhood*, v. 7, n. 3, p. 235-240, 2017.
- RIBEIRO, F. B. Conselho Tutelar e negociação de conflitos. *Ensaio FEE*, v. 19, n. 2, p. 286-305, 1998. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1933/2308>>.
- SIROTA, R. L'enfant acteur ou sujet dans la sociologie de l'enfance. Evolution des positions théoriques au travers du prisme de la socialisation. In: BERGONNIER-DUPUY, G. (Ed.) *L'enfant, acteur et/ou sujet au sein de la famille*. p. 35-41. Ramonville Saint-Agne: Éres, 2005.
- SIROTA, R. *Éléments pour une sociologie de l'enfance*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2006.
- SZULC, A. et al. Naturalism, Agency and Ethics in Ethnographic Research With Children. Suggestions for Debate. *AnthropoChildren* [on-line], v. 2, 2012. Disponível em: <<https://popups.uliege.be/2034-8517/index.php?id=1270>>. Acesso em: 29 maio 2018.
- TASSINARI, A. Concepções indígenas de infância no Brasil, *Tellus*, ano 7, n. 13, p. 11-25, 2007.
- VIANNA, A. *O mal que se adivinha*. Polícia de menoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.